



GT 51. Historiografia das antropologias: práticas, teorias, métodos, histórias

Coordenador(es):

Peter Schröder (UFPE - Universidade Federal de Pernambuco)

Christiano Key Tambascia (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

A antropologia vem experimentando nas últimas décadas uma renovação do interesse pela sua história. No âmbito dessa retomada, livros, artigos e painéis em congressos vêm discutindo essa disciplina do Renascimento em diante, se confrontando com questões como a formação e instituição da etnografia e da antropologia, as bases filosóficas de suas epistemologias, a constituição de tradições nacionais e genealogias alternativas às narrativas mainstream, bem como com práticas de campo, métodos e teorias, além da relação entre o fazer etnográfico e as relações de poder. Unem-se, à historiografia da antropologia praticada por pensadores bem estabelecidos em universidades, aquelas acerca de profissionais com vínculos institucionais frágeis, intermitentes ou inexistentes, naturalistas, missionários e etnógrafos amadores. Museus e sociedades científicas vêm tendo sua atuação repensadas; além de interpretações e pesquisas bibliográficas, arquivos e memórias são sujeitos a novas análises. O GT busca contribuir para a historiografia das antropologias praticadas no Brasil e em outros contextos nacionais e transnacionais. O painel se situa num campo interdisciplinar, entre história, antropologia e historiografia das ciências, e está aberto a contribuições que enfocam estudos de caso ou das tradições nacionais e transnacionais, estudos biográficos ou arquivísticos, análises de teorias e métodos e ainda reflexões sobre métodos em historiografia das antropologias.

João Henrique Elliott e a guaraniologia contemporânea

Autoria: Pablo Antunha Barbosa (ufsb)

O mito apapocúva-guarani da ?Terra sem Mal? surgiu na literatura americanista das mãos de Curt Unkel Nimuendajú em 1914. No seu livro que marcou profundamente os estudos contemporâneos sobre os Guarani, Nimuendajú sugeria que as ?migrações? dos grupos guarani no século XIX desde o Mato Grosso em direção ao leste se explicavam em função da busca de um paraíso que seria a ?Terra sem Mal?. Em seguida, ele sugeria também que o mesmo motivo poderia ser aplicado para entender as ?migrações? de inúmeros outros grupos tupi-guarani da época colonial e até mesmo pré-colonial. A sugestão foi tomada ao pé da letra por Alfred Métraux e depois dele por inúmeros outros antropólogos. E assim a ?Terra sem Mal? se transformou em um pilar da religiosidade guarani e em um tema obrigatório dos works antropológicos. Só recentemente, nas duas últimas décadas, algumas críticas começaram a aparecer, particularmente àquelas feitas por Cristina Pompa, Francisco Noelli ou ainda Catherine Julien, insurgindo-se contra o uso julgado abusivo de um mito particular para interpretar religiões diferentes ou ?migrações? distantes umas das outras por vários séculos. No entanto, essas críticas deixaram intactas as bases da hipótese de Nimuendajú e não retomaram o dossiê das ?migrações? do século XIX. Essa apresentação busca justamente retomar este dossiê fundador dos estudos guarani. Ao invés de tomar partido neste debate, trata-se de restituir o mito e as migrações guarani nos seus distintos contextos históricos. Por um lado, reconstruir as ?migrações? do século XIX, tomando em consideração as políticas indigenistas da época e por outro, reconstruir o método e as circunstâncias que permitiram que Nimuendajú, sessenta anos depois, emitisse sua hipótese. Esse work permite não somente uma releitura da ?Terra sem Mal? como ele também coloca algumas questões para se fazer uma nova leitura da religiosidade guarani e sobre o lugar que ela ocupou nos estudos antropológicos e históricos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: